EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA E A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES (1942-1968)[*]

EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA AND THE WRITING OF ONE HISTORY OF THE CIVILIZATIONS (1942-1968)

Diogo da Silva Roiz[*]
Marcilene Nascimento de Farias[**]

Resumo

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Eduardo D'Oliveira França, entre 1942 e 1968, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a transição do 'autodidatismo' para a profissionalização do trabalho intelectual de história. Durante esse período esteve lecionando no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a qual ingressou em 1938, e a partir de 1951 se tornou o catedrático da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Pretende-se analisar ainda como procurou escrever uma História, quando foi o catedrático da cadeira.

Palavras-chave: autodidatismo; ofício de historiador; escrita da história; Eduardo D'Oliveira França.

Abstract

The aim of this article is to study the intellectual history of Eduardo D'Oliveira França, between 1938 and 1968 inquiring how he has seized discussions about the transition of 'autodidactism' to the professionalization of the work of intellectual history. During this period he was teaching in the course of Geography and History of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, University of São Paulo, which he joined in 1938 and from 1951 became the Cathedratic Professor of History of Civilization. Intend to analyze how he tried to write a History when he was the professor's of this discipline.

Keywords: autodidactism;historian'swork; historical writing; Eduardo D'Oliveira França.

* Professor efetivo na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai), doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). simoneediogo@hotmail.com

** Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Eduardo D'Oliveira França, entre 1942 e 1968, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a profissionalização do trabalho intelectual de história. Durante esse período esteve lecionando no curso de Geografia e História – tornados cursos independentes a partir de 1956 (ROIZ, 2004) – da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Pretende-se analisar ainda como procurou escrever uma História das Civilizações, quando foi catedrático da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. As principais fontes desta pesquisa foram os programas da disciplina de História Moderna e Contemporânea, as correspondências pessoais e as obras escritas e publicadas pelo autor nesse período.

A discussão foi dividida em três partes: a primeira buscou fazer um panorama geral da vida de Eduardo D'Oliveira França; a segunda faz uma análise do período em que ele foi professor catedrático na Universidade de São Paulo; e a terceira analisou como procurou escrever uma História das Civilizações, quando foi catedrático da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, da FFCL/USP (Cf. CERTEAU, 2002, p. 65-122).

A vida de Eduardo D'Oliveira França

Foi o terceiro dos três filhos de Américo e Ila de Oliveira França. Era de família tradicional, tanto pelo lado de sua mãe quanto de seu pai, os

Galvão de França. Cresceu na fazenda de seu avô paterno, filho de um pai que nunca se desvencilhou do sonho da posse da terra, guardava a nostalgia dos campos e dos horizontes largos das fazendas, dado que:

> Cresci mixuango valeparaibano, ouvindo o falar caipira do "sar-sor", do "vansuncê", do "a despois", do "cumpade", do "vamo simbora". Garoto, madrugava com o sol e a neblina a recolher gado para o curral ou trotar para a entrega do leite na usina (FRANÇA, 1994, p. 2).

Sempre demonstrou muito orgulho em ser filho de professores primários, pois tinha como exemplo Lucien Febvre e Fernand Braudel, considerados por ele dois grandes referenciais, que também haviam sido filhos de "professores de crianças" (FRANÇA, 1994, p. 2) Seu pai sempre foi muito insatisfeito e oscilava entre o magistério e a fazenda, sem tempo de ficar nos lugares. Assim, o jovem Eduardo França residiu em várias cidades, Caçapava, Guaratinguetá, Queluz, Jambeiro e Ribeirão Preto, e: "pervaguei de uma cidade para outra: de Queluz onde nasci para Guará, para Caçapava" (FRANÇA, 1994, p. 2)

No período da crise de 1929, voltou novamente ao Vale do Paraíba. Depois, mudou-se para Jambeiro e daí para Cajuru, cidade próxima a Ribeirão Preto. Após o ginásio, com dezessete anos, foi para São Paulo a fim de completar os estudos e retornar depressa ao "aconchego do Vale do Paraíba". Mas, para sua tristeza, esta volta nunca aconteceu, pois, havia ficado "preso ao visgo abominável da cidade grande" (FRANÇA, 1994, p. 3).

O curso primário foi realizado nas

cidades de Queluz, Guaratinguetá, Caçapava e Jambeiro. Após "escapar" ao internato dos Salesianos de Lorena, fez o curso secundário em Guaratinguetá (de 1927 a 1931), no Ginásio Nogueira da Gama. O tempo em que passou no ginásio, considerava como "cinco breves e belos anos", foram os melhores de sua vida, com verdadeiros professores. Foi no ginásio que se iniciou no convívio cultural, no grêmio Rui Barbosa que ajudara a fundar. Concluindo o ginasial em 1931, segue para São Paulo, na Faculdade do Largo de São Francisco, para cursar Direito. Mas, nunca se entregou totalmente a ela, pois, nesta Faculdade tinha uma sensação de insegurança, de anonimato, com professores que não o conhecia. Como calouro da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco não demorou muito para participar dos acontecimentos políticos que balançaram São Paulo e mesmo o Brasil, na década de 1930[1].

Licenciado também pelo Instituto de Educação, ele passou a ser assistente de Educação, ministrando aulas no ensino particular, na Escola Normal Padre Anchieta, onde, segundo ele, conheceu melhor a alegria de ensinar, e também na Faculdade do Mackenzie. Para ele, a geração de

1 Foram tempos de perseguições, destruições e invasões. Eduardo França participou da Revolução Constitucionalista, no Batalhão Fernão Salles, e do movimento estudantil de oposição à ditadura, as quais: "o clima apaixonado intoxicou-me irreversivelmente deste amor a liberdade que, como um vício nunca mais me deixou" (FRANÇA, 1994, p. 2) . Desse episódio Eduardo França retirou importantes 'lições': considerava a Revolução "uma grande escola", onde aprendera não só a enfrentar o perigo sem esquivas, mas, sobretudo, a valorizar o companheirismo e a apurar o valor dos outros, "depois a volta para curtir a tristeza da derrota, derrota militar, mas não das convicções e das esperanças aliadas mas não abandonadas. Amor contrariado vira teimosia" (FRANÇA, 1994, p. 3)

32 descobrira que tinha um compromisso nascido da decepção injusta: "vencer em outro plano para reaver o bem perdido" (1994, p. 4). Em busca da liberdade, viram nascer nos "escombros do sonho político, a Universidade de São Paulo[2], oferecendo novos horizontes. Com isso, matriculou-se na seção de História e Geografia, por considerar que desta forma estaria mais próxima de sua linha de interesse, das leituras e recordações dos tempos de ginásio, onde tivera excelentes professores da disciplina. Além disso:

> Havia fome de um saber maior, mais atual: vinha de longe, de 1922. Aderi à investida e optei pela História e Geografia depois de muito hesitar, abandonado o Instituto de Educação onde ajudara a fundar um Grêmio 2 de Agosto sempre com a idéia de ser preciso unir para combater (FRANÇA, 1994, p. 4).

Na seção de História e Geografia, sentia-se uma espécie de deslumbramento pelas novidades. Para os alunos não havia espaço para a monotonia, as aulas eram poucas, mas os professores se empenhavam em ensinar, sem descuidar de suas pesquisas. Os professores, os estrangeiros mais que os outros, incitavam os alunos a participarem de uma atividade intelectual atualizada (FALCON, 1996; IGLÉSIAS, 2000; ROIZ, 2004). A turma de França foi a segunda a se formar na Faculdade de Filosofia, e eram, em sua

2 Quanto à divergência que há na historiografia sobre a criação da USP e da Faculdade de Filosofia, como sendo um projeto político, pelo qual a elite paulista visava à recuperação de sua hegemonia, Eduardo França destacava que ela nascera devido às inquietações culturais da época (ROIZ, 2004, 2009), independente de interesses políticos: "na verdade a criação da Faculdade de Filosofia, como de resto a criação da Universidade, respondia a uma aspiração do meio cultural de São Paulo, independentemente de compromissos de natureza política, ou de implicações de caráter social, é esta a minha opinião" (FREITAS, 1993, p. 180).

maioria, professores primários comissionados, trazendo experiências de docência.

Havia certa dificuldade por parte dos alunos em assimilar os ensinamentos de culturas mais refinadas, como era o caso dos professores estrangeiros. A biblioteca não contava com muitos textos clássicos de história. Os professores citavam as obras e os alunos procuravam conhecê-las. Assim se deu a colaboração dos professores estrangeiros no processo de "modelagem e no estilo do que se destinava a ser um centro de estudos de História e de Geografia" (FREITAS, 1993, p. 183). Para ele, os professores estrangeiros eram muito compreensíveis com os alunos, sempre demonstravam preocupação em cumprir a missão para a qual haviam sido destinados, deixando sucessores que iniciaram profundas transformações no estudo da História, da Geografia, da Literatura, da Sociologia, pois, "eles cumpriram plenamente esta missão. Eles nos compreenderam em nossas limitações e nos estimularam" (FREITAS, 1993, p. 184). Amplamente engajados, esses professores contribuíram para diminuir o distanciamento entre o aluno e o professor, que até então era comum na universidade:

> Pela primeira vez se sentia que o aluno havia de conviver com o professor, eu vinha da Faculdade de Direito, onde se interpunha na tradição coimbrã enorme distância entre professor e aluno. Conhecia agora professores que me convidavam para almoçar ou jantar em casa deles e que tinham conversas longas, sobre mil assuntos, com seus estudantes (FREITAS, 1993, p. 184).

A partir disso é interessante notar que os professores estrangeiros não se limitaram ao convívio somente no ambiente universitário,

estenderam a convivência para o domínio particular, aumentando, assim, o interesse por certos alunos, em função do interesse e das aptidões que demonstravam para a docência e para a pesquisa. Os primeiros anos da Faculdade de Filosofia foram difíceis, desde cedo os alunos tiveram de lutar pela Faculdade, que ele considerava "a guerra dos ex-alunos, repto desigual contra a incompreensão e a hostilidade" (FRANÇA, 1994, p. 5), além disso:

> Foram anos de combate desigual, quando o meio resistia à irrupção dos licenciados. Nos primeiros concursos para o magistério, concursos arrancados à malevolente Secretaria de Educação, logramos os primeiros lugares. Cheguei a fazer um deles e obtive um segundo lugar, mas não escolhi cadeira: inscrevi-me só de birra (1994, p. 6).

Aos poucos a Faculdade de Filosofia formou um corpo docente para o curso secundário, apesar da resistência permanente por parte da Universidade, das outras Faculdades, da Secretaria da Educação e das escolas particulares. A Faculdade representava uma ameaça a todas elas, que até então produziam professores secundários sem formação específica. Em contrapartida, os licenciados se consideravam a revelação do mundo cultural e não facilitavam a sua própria aceitação no ensino secundário. Foi preciso defender os licenciados juridicamente, para que não fossem colocados em situação de inferioridade nos concursos e aos poucos eles foram conquistando espaços, inclusive na direção do ensino, aliás: "Houve uma conspiração entre as faculdades tradicionais para resistir à Faculdade de Filosofia num enfrentamento que se de um lado tinham a tradição, de outro os licenciados

eram muito provocadores" (FRANÇA, 1994, p. 8).

Ao longo dos três anos em que passou na Faculdade de Filosofia, de 1935 a 1937, deparou-se diversas vezes com a mudança das classes, para lugares diferentes. Com a mudança das classes para tantos lugares diferentes, mudavam-se também os pontos de encontro preferidos pelos alunos, como: bares, restaurantes e livrarias (FREITAS, 1992).

De início, a universidade não apresentava vocação para a pesquisa; esse amadurecimento só veio depois de algum tempo, acompanhando o desenvolvimento que ela viria atingir (ROIZ, 2004). Os alunos possuíam liberdade para optar pelos seus objetos de pesquisa, não havendo escola ou doutrina oficial de estudo e pesquisa. Os professores, estrangeiros ou brasileiros, não obrigavam os alunos a seguirem um campo de pesquisa ou orientação metodológica pré-estabelecidos. "O clima era de intensa liberdade cultural e isso foi de uma importância muito grande para o futuro da cultura no Brasil" (FREITAS, 1993, p. 187). Além disso:

> Havia um orientador de doutorado sem que houvesse exigências de cursos e créditos. Todo o tempo do candidato era dedicado a pesquisa. O candidato não perdia tempo em sala de aula ou a colecionar créditos. Depois, com a pós-graduação de modelo americano, é que se passou a preceituar o mestrado e freqüência a cursos e a obtenção de créditos (FREITAS, 1993, p. 188).

Desta maneira, ao adotar o modelo de pós-graduação das universidades americanas, a Faculdade de Filosofia, optava por um modelo diferente daquele que vinha sendo desenvolvido

pela Faculdade, sob a inspiração das universidades européias, sejam as francesas ou as alemãs, o que gerou nele certo descontentamento. A extinção das cátedras, também foi resultado da assimilação do modelo norte-americano, que não contava com cátedras, apenas com a livre-docência, de procedência alemã.

Em 1942, mediante a apresentação da tese *O Poder Real em Portugal* (1946), Eduardo França[3] terminou o doutorado, orientado por Eurípedes Simões de Paula. O doutoramento, segundo ele, ocorreu em meio ao atropelo das aulas, em regime de tempo parcial e sem o auxílio de bolsas.

Em 1951, com a tese *Portugal na Época da Restauração* (1997), ingressou na FFCL/USP como catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea, substituindo seu professor Émile Léonard. O concurso para a cadeira ocorreu entre 19 e 20 de novembro de 1951. A banca examinadora foi constituída pelos professores Eurípedes Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Melo, indicados pela Congregação, e Sérgio Buarque de Holanda, Jaime Coelho e Eremildo Luís Vianna, indicados pelo Conselho Técnico-Administrativo[4]. Para ele:

3 De professor da Escola Normal, Eduardo França transferiu-se para a Faculdade de Filosofia, como assistente, porém recebia o salário como professor da Escola Normal, porque a Faculdade não possuía recursos suficientes para a contratação de assistentes para todos os professores. Tendo sido um aluno de destaque Eduardo França, ficava seduzido com a possibilidade de voltar à Faculdade de Filosofia como professor. Embora sendo professor do secundário, na Escola Normal mediante concurso, sempre sonhou com ascensão, sem perder o contato com Faculdade, não havia abandonado a esperança, mesmo estando fora, de voltar como professor.

4 A prova escrita para o concurso de catedrático aconteceu no dia 19 de novembro das 14 às 20 horas, sorteado o assunto coube a Eduardo França discorrer sobre: Reforma

> e depois fui contratado regente de cátedra quando se retirou. A seguir fiz o meu concurso e me transfigurei em catedrático. É mais ou menos essa história. História igual à de vários outros de minha geração; história de ex-alunos que sucedem aos mestres (FREITAS, 1993, p. 192).

Com a cátedra veio o cobiçado tempo integral. Mas, como professor catedrático teve que se despedir das aulas particulares nos cursos secundários, onde considerava que havia sido feliz sem saber. O seu posicionamento quanto à estrutura de cátedras, sempre foi favorável, por acreditar que se tratava do melhor sistema, calcado na tradição e no prestígio vindo de Portugal e, sobretudo, por assegurar "a eficiência, a independência, a harmonia funcional, a responsabilidade individual" (FREITAS, 1993, p. 194).

Assistente, realizei o meu doutoramento

Protestante: suas causa e desenvolvimento. No mesmo dia também ocorreu o exame dos títulos do candidato. No dia 20 de novembro, no salão nobre da Faculdade, realizou-se a sessão pública e solene da defesa da tese "Portugal na Época da Restauração", apresentada pelo Dr. Eduardo D'Oliveira França. Aberta a sessão pelo presidente, foi dada a palavra ao primeiro argüidor, prof. Jaime Coelho. Argüiram, a seguir, os profs. Sérgio Buarque de Holanda, Eremildo Viana, Astrogildo Rodrigues de Melo e Eurípedes Simões de Paula. Após cinco horas regulamentares de debates, a Banca Examinadora passou à atribuição das notas. Às 20 horas do dia 21 de novembro, presentes os Srs. Membros da Comissão Organizadora, realizou-se o sorteio do ponto da prova didática, Eduardo França dissertou sobre o tema "A Entente Cordiale". Logo em seguida foi feita a leitura da prova escrita, para atribuição de notas, na forma regulamentar, passando-se depois ao julgamento final. À vista das notas atribuídas foi Eduardo D'Oliveira França aprovado nos termos do Regimento do Concurso. Tal decisão foi homologada pelo governo do Estado, por decreto de 19 de dezembro de 1951, tornando o Dr. Eduardo D'Oliveira França, professor em caráter efetivo da Cadeira XXVII – História da Civilização Moderna e Contemporânea. Concurso de História da Civilização Moderna e Contemporânea. (*Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.*USP , 1951, p. 86-8).

Eduardo D'Oliveira França na Universidade de São Paulo

O que sempre se sobressaiu em Eduardo França foi sua profunda identificação com Universidade de São Paulo e, particularmente, com a Faculdade de Filosofia; sempre se referiu a ela como "minha faculdade". Esta era a sua expressão permanente e também a razão pela qual se aposentou apenas na compulsória. Tão intensa foi sua dedicação à Faculdade de Filosofia que ele teve poucas ou quase nenhuma atividade fora da Universidade. Para Novais: "Toda a sua vida esteve vinculada a ela, até a aposentadoria e mesmo depois dela. Isso foi levado a ponto de pouco sair, embora tendo muitos convites" (NOVAIS, 1994, p. 5).

Nos cursos que oferecia, procurava sempre ir de encontro ao que se pregava, essa foi uma de suas características mais marcantes. Num período em que a tendência era cursos abordando História Econômica, História Antiga, História Medieval, havia o "professor França", oferecendo um curso de História da Cultura, uma abordagem totalmente discrepante na época, talvez fosse este o motivo de tantos alunos sentirem-se atraídos pelos cursos que oferecia, como lembrará Novais[5].

5 No tocante aos seminários, Fernando Novais lembra que eram considerados "seminários didáticos", "seminários-aula", onde Eduardo França deixava sua dedicação à docência transparecer, como bom professor e, também, pedagogo, fazia questão desses seminários. Para os seminários, sorteava-se um tema e, aos alunos ficava a incumbência de dar aula, baseando-se no tema sorteado. No entanto, as notas quase sempre eram baixas. Enquanto professor, ele era implacável nas críticas, "ficava sentado no fundo da sala, sem manifestar se estava gostando ou não, e as notas eram quase sempre baixíssimas", recorda Fernando Novais. Interessante notar que com esses

Ao sugerir a formulação de problemas para a compreensão do processo histórico seguia a mesma trilha dos historiadores do movimento dos *Annales* (AGUIRRE ROJAS, 2001; ROIZ, SANTOS, 2003). Neste caso, tornando a história-problema, o ponto de partida da investigação histórica(REIS,2000;ROIZ,SANTOS,2005).Esta foi uma lição que seus alunos nunca esqueceram; ele sempre pedia aos estudantes que começassem a exposição dos seminários indicando qual era o problema, mas não em termos de pergunta, não devia haver ponto de interrogação. Desta forma, a investigação histórica deveria começar por meio de pesquisa ou questionamentos determinados, que já apontariam para a postura frente ao tema a investigar. Fernando Novais recorda que era absolutamente angustiante este momento, pois, a dificuldade que alguns encontravam em formular um problema sem fazer interrogação era enorme:

> Imaginem a tremenda angústia que nós tínhamos ao preparar e tentar formular o problema sem fazer interrogação. Ele estava sentado no fundo da classe e quando a gente não conseguia, e raramente se conseguia, ele dizia: 'lá vem a perguntinha'. Lembro muito bem desses comentários (NOVAIS, 1994, p. 6).

Fernando Novais exemplifica o perfil de

seminários, que aparentemente eram só para dar aula, Eduardo França procurava fazer seus alunos refletirem sobre a atividade docente. O que estava implícito nos seminários e, que na maioria das vezes os alunos não entendiam, era a preocupação de Eduardo França, em demonstrar que para dar aulas era preciso conhecer o assunto, "mas para dar uma boa aula, a primeira coisa era saber qual o problema que estava inscrito no assunto". Porém, sempre deixou claro que formular um problema era algo diferente de fazer uma pergunta, que poderia ser muito simples, a respeito de qualquer assunto, bastando apenas dizer como, quem, quando, onde por que, e estaria feita a pergunta. Já a formulação de um problema, tornava-se algo muito mais complicado.

Eduardo França nos seminários, relembrando seu caso ao apresentar um seminário sobre a Reforma Protestante nos Países Baixos:

> Eu li um livro inteiro sobre a Reforma nos Países Baixos. Consegui resumir e consegui formular aquilo que eu pensava ser o problema, sem fazer a tal interrogação. Quando terminou, o professor França foi para a frente e disse: está tudo errado! Desenhou um quadrado na lousa e escreveu E, desenhou outro e escreveu A, depois o terceiro e escreveu F, e acrescentou: isto aqui é a Espanha católica; isto aqui é a Alemanha protestante; isto aqui é a França, que não se sabe se é católica ou protestante; aqui estão os Países Baixos, eles têm que escolher, não podem não escolher. Este é o problema. Como não souberam escolher acabaram dividindo-se, sendo os Países Baixos católicos e os Países Baixos protestantes. Isso o senhor não viu e o senhor não entendeu nada do seu tema. Imaginem a minha tristeza depois dessa noite, nos anos cinqüenta (NOVAIS, 1994, p. 8).

Implacável que era nas críticas, Eduardo França observava que dada à imaturidade e a pobreza cultural geral com que eram admitidos alguns alunos nos cursos, fazia-se necessária uma preparação prévia e sistemática desses alunos, em cursos de iniciação aos estudos de história, considerados indispensáveis para a revisão de conceitos errôneos e maus hábitos de trabalho intelectual.

Todas essas idiossincrasias de Eduardo França fizeram com que seus cursos se tornassem inesquecíveis, pelo fato de serem aulas com abordagens muito diferentes. Para Novais: "Tornou-se memorável o curso que o professor França dava sobre a Revolução Francesa. Havia uma aula em que se discutia o que era revolução

e ele terminava esta aula dizendo que revolução e historia é a mesma coisa" (NOVAIS, 1994, p. 6).

A parca presença de mulheres na lista das pessoas representativas ao professor França é explicado pelas dificuldades e preconceitos enfrentados pelas mulheres no mundo universitário de então. Como ele mesmo indicaria, havia um machismo consciente nos primeiros professores de História, por não acreditarem no trabalho intelectual da mulher, e:

> Chegam a certo ponto e estacionam ou se dedicam à vida pessoal. Sou machista e na minha experiência, minha intuição não foi negada. Mulher pode ser tão inteligente quanto o homem, mas a partir de certo momento, as que não se casam tornam-se pessoas desagradáveis e ásperas e as outras casam ou são absorvidas pelos filhos, como é de direito. As assistentes mulheres que tive só confirmaram a regra (1990, p. 8).

Além de um excelente professor, implacável nas críticas, outro aspecto também se sobressaía nele: o de historiador discípulo do grupo dos *Annales*. Seus trabalhos revelavam uma forte aproximação com o movimento dos *Annales*, que acabaria por transferi-los para o Brasil[6].

Ele também foi um liberal contra a

6 Sua tese *Portugal na Época da Restauração,* tornou-se de um prestígio absolutamente internacional, no Dicionário de História de Portugal, de Joel Serrão, uma obra marcante da historiografia moderna em termos de dicionário de História, o verbete sobre a Restauração baseia-se totalmente no texto de Eduardo França. Da mesma forma, o texto de Luiz Torgal, de Coimbra, sobre a Ideologia da Restauração, diz desde o início, que o centro das suas reflexões é a obra *Portugal na época da Restauração.* Além disso, o livro traz o traço característico de Eduardo França: sua total fidelidade à Escola dos Annales, lembrando às vezes a escrita de Lucien Febvre.

ditadura militar. Para ele, a geração de 32 teve uma atuação bem mais discreta, se comparada à geração que lutou contra a ditadura. A esquerda nunca chegou a constituir-se maioria, muito embora a geração de 32 tivesse uma posição de esquerda democrática, infelizmente, não tiveram uma persistência muito grande ou uma atividade ostensiva. Posteriormente a universidade foi recebendo novas gerações, que mais decididas e ousadas optaram pela esquerda definitivamente (D'ALÉSSIO, 1994), de maneira mais nítida e agressiva, como foi o caso de alguns alunos, que se envolviam abertamente em atividades políticas no período da ditadura militar e acabavam sendo perseguidos pelo regime. Nem comunistas, nem socialistas eram maioria na Faculdade (CHAUÍ, 1994). Para ele:

> Era uma missão cultural, essa missão de renovação de pensamento, das posições do espírito, tinha implicações políticas. E nós tivemos consciência disso, e não nos recusávamos a atuar neste sentido. Mas não se pode dizer que predominassem os extremos. E havia os que não eram, mas simpatizavam com os pensamentos de esquerda. A fama de vermelha que veio a ter a Faculdade, isso era outra coisa (FREITAS, 1993, p.199).

Sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia para as pesquisas historiográficas brasileiras, ele lamentava o fato de que poderia ter sido maior, sentindo-se, de alguma forma, também responsável pelo atraso na renovação dos estudos de História. A inspiração recebida dos professores, no tocante à metodologia e às posições em relação à História e seus problemas, foram assimiladas e amadurecidas, mas não foi o bastante para a renovação da produção historiográfica (FRANÇA, 1951, 1971).

Para ele, esse atraso explicava-se, em grande parte, pelo fato da Cátedra de História da Civilização Brasileira, considerada a "cadeira chave", ter ficado aos cuidados de professores brasileiros, com "posturas historiográficas tradicionais definidas", como foi o caso de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr[7]. Tanto Taunay quanto Ellis Jr., foram historiadores de mérito, mas "não estavam disponíveis para rever os seus comportamentos no campo da pesquisa histórica" (1993, p. 200), levando a historiografia, no campo da História do Brasil, a ser neutralizada e permanecer em um estado de "inércia".

Assim, a primeira fase da Cátedra de História da Civilização Brasileira adotou uma orientação tradicional; em razão disso a renovação da historiografia, conforme observou Novais: "se deu não nos temas de História do Brasil, mas através da cátedra de História Geral da Civilização. Ou seja, pela cadeira ocupada pelos professores estrangeiros" (FRANÇA, 1994, p. 165). A influência modernizadora dos professores estrangeiros não progrediu em meio à visão tradicional da história praticada no Brasil. Fernand Braudel, quando veio ao Brasil, pretendia desenvolver um programa de História do Brasil do século XVI. Contudo, houve reação contrária à ideia de Braudel; entenderam que seria "político" ele não oferecer um curso sobre História do Brasil. Essa atitude figurou, para Eduardo França, muito equivocada e primária "um nacionalismo infantil reclamava que viessem professores do estrangeiro ensinar História do Brasil aos brasileiros. O que era uma visão positivamente primária" (1993, 200). Evidentemente, poucos foram os professores

7 Para maiores detalhes sobre essa questão, ver: ROIZ, 2007, 2010.

estrangeiros que desenvolveram pesquisas sobre a História do Brasil. Émile Léonard (1963), que era especialista em História do Protestantismo, realizou alguns estudos sobre o protestantismo no Brasil.

Com a delimitação das cátedras, a escrita de uma História do Brasil renovada tornava-se ainda mais difícil, pois, com tais restrições muitos professores se encontravam distantes dela. Cada professor atuava na sua área de docência, evitando comprometimentos com História do Brasil, tanto nas pesquisas quanto nas críticas historiográficas. Com a extinção das cátedras, o monopólio sobre as pesquisas em História do Brasil também desapareceu:

> Defendi, desde o começo, a ideia de que devíamos pesquisar a História do Brasil. Naquela ocasião fui criticado e vencido pelo exclusivismo da cátedra, mas posteriormente a barreira caiu, e hoje docentes de outras áreas se doutoram com trabalhos, alguns muito bons, de História do Brasil; começamos a influir no sentido de uma renovação dos estudos historiográficos (FRANÇA, 1993, p. 201).

Partindo dessas considerações, ele acreditava que a historiografia brasileira se atrasara em sua renovação, devido à incompreensão de alguns docentes por acreditarem que a pesquisa dos professores de História Moderna não deveria se estender à História do Brasil. Em suma, "ciúmes atrasaram a renovação" (FRANÇA, 1994, p. 156). Favorável ao debate entre especialidades diversas, ele reconhecia ser de extrema importância compartilhar experiências com outras áreas, como a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Estatística, dentre outras, e:

> Quando a História convivia com a Geografia, com a Antropologia, com a Sociologia, com a Filosofia, com a Estatística, a tendência do espírito era o pensamento compartilhado, cada um pensando no seu campo, mas com o espírito aberto às contribuições que vinham de outros domínios (FRANÇA, 1993, p. 204).

Se tivesse continuado a agir assim, no convívio entre diversas especialidades, a Faculdade de Filosofia poderia ter garantido sua eficácia no cenário cultural nacional. E, para ele, o desempenho desta "ação conjugada" foi prejudicado em virtude da tendência ao "seccionamento", tão presente na Universidade (FRANÇA, 1971, 1974).

Para as novas gerações de historiadores, ele sugeria que não renegassem a historiografia do passado, basicamente política e econômica, quando muito cultural, por amor à historiografia social. Era imprescindível, também, que não esquecessem os mestres, porque eles seriam sempre um ponto de referência, tanto na docência quanto na pesquisa, por que: "Acredito que as novas gerações saberão usar bem a herança que deixamos, sensibilizados com o que Braudel chamou de a nova Nova História" (1994, p. 160). Considerava que os jovens historiadores encontravam-se bem familiarizados com temáticas que tratavam do povo, da mulher, do escravo, do trabalhador, enfim, com tudo o que significava a ampliação dos personagens no estudo da História. E justamente, em meio a essa ampliação de temáticas, não se poderia esquecer as contribuições da História Política e Econômica, indispensáveis para a compreensão da História Social e seus "vários capítulos".

Por tudo isso, ele foi considerado um homem que soube pagar o preço de suas idéias; de formação e de posições conservadoras, sempre foi um liberal autêntico que soube respeitar a divergência. Trouxe grandes contribuições ao saber histórico em sua passagem pela FFCL/USP, desempenhou um importante papel na história do departamento de História da Universidade de São Paulo, na geração que intermediou entre os franceses e a consolidação que se seguiu depois. No Departamento de História, os professores franceses ficaram de três a quatro anos, sendo substituídos pelas novas gerações de historiadores brasileiros, e entre eles figurou Eduardo D'Oliveira França.

A obra de Eduardo D'Oliveira França

Eduardo D'Oliveira França viveu sua carreira profissional num período de intensos debates, circunstanciados entre a 'escola metódica francesa' e o 'movimento da revista *Annales*', e sua recepção nas universidades brasileiras. De acordo com Capelato, Glezer e Ferlini (1994, p. 351 e ss), essa ação dos franceses ocorreu num ambiente intelectual propício, pois, se de um lado trouxeram a experiência com o trabalho metodologicamente orientado e os ares renovadores dos *Annales*, por outro, também encontraram caldo de cultura fértil, presente em produção historiográfica tradicional, de grande erudição. No plano intelectual, os franceses introduziram a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, iniciando uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos *Annales*, que representaram uma vanguarda na época.

Dessa forma, tanto em sua tese de doutoramento, *A realeza em Portugal e as origens do absolutismo* (1946), quanto em sua tese de cátedra, *Portugal na Época da Restauração* (1997), é possível observar as marcas de historiadores dos *Annales*, como Lucien Febvre e Fernand Braudel. Em *Portugal na Época da Restauração*, aparecem 'influências' mais amplas de Hazard e Huizinga, além de conceitos de matriz weberiana, como sociedade 'estamental' e 'estado patrimonialista', esboçados no doutorado, e que na tese de cátedra apareceriam mais desenvolvidos. Na tese de cátedra também se observa uma maior inclinação do autor para a história da cultura e das mentalidades, revelando uma 'inspiração' particular pela obra de Lucien Febvre, cujos trabalhos concentravam-se nos temas da história cultural, história das ideias, da história religiosa, e na da história da ciência (FEBVRE, 1959; CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994; AGUIRRE ROJAS, 2001; BURKE, 1997).

Seguindo a rota dos que escreviam "pouco e bem", ele deixou poucas obras escritas.[8] O fato de ter escrito poucas obras e sempre ter se recusado a publicá-las, fez com que recebesse

8 Em que se destacariam: *O poder real em Portugal e as origens do Absolutismo* (tese de doutoramento). Boletim LXVIII da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1946; *A ocupação econômica do Brasil pelos europeus* – Paralelos, n. 4 e 5, São Paulo, 1948; *História para a Arte* – Artes Plásticas, n 1, São Paulo, 1948; *Conhecimento do presente em História* – Ecos Universitários, n 14; São Paulo, 1950; *Paris, cidade do povo* – Ecos Universitários, n 16: São Paulo, 1951*; A Teoria Geral da História* – Revista de História, n. 6; São Paulo, 1951; *Considerações sobre a função cultural da História* – Revista de História, n. 8, São Paulo, 1951; *Em torno de Luis XIV* – Revista de História, n. 8, São Paulo, 1951*; O Testamento de um historiador: Marc Bloch* – Revista de História, n. 8, São Paulo, 1951. Currículo *Vitae* dos novos professores. Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras;USP. , 1951, p. 179.

muitas cobranças para que publicasse seus livros, mas ele sempre foi muito claro no seu posicionamento de não querer publicá-los, por considerar que nunca estavam completos. A produção historiográfica de Eduardo França sempre se manteve no grupo dos que escreviam "pouco e bem", conforme observou Fernando Novais:

> O professor França pertence, como eu mesmo, àquele grupo dos que escrevem pouco e bem e, que se contrapõe ao grande grupo dos que escrevem muito e mal. Isso não o deixava numa situação difícil para me pressionar porque não fazia mais teses, não escrevia mais livros, não completava a carreira. Nas poucas vezes em que o fez, ele dizia sempre: 'Não siga o meu exemplo' (NOVAIS, 1994, p. 2).

Em sua tese de cátedra, *Portugal na época da Restauração*, de 1951, a inspiração braudeliana aparece desde a audácia de sua primeira frase. Semelhante ao que fez Braudel ao iniciar sua famosa tese *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, com uma frase de impacto que dizia: "Amo apaixonadamente o mediterrâneo, talvez porque, como tantos outros e depois de tantos outros, cheguei até lá vindo das terras frias do norte" (NOVAIS, 1994, p. 2), Eduardo França iniciaria sua tese com uma frase de audácia ainda maior:

> Tese uma idéia e um método a serviço dessa idéia. Para nós foi: a idéia de um método. Representa este trabalho apenas uma experiência metodológica. Mais um ensaio do pensamento que pesquisa original. A procura de um caminho (FRANÇA, 1997, p. 11).

A frase que abre sua tese diz muito

sobre suas preferências teóricas e as dificuldades encontradas no desenvolvimento de sua pesquisa. Sua ideia era tratar da restauração portuguesa em 1640. As entrelinhas do livro e algumas citações presentes na obra denunciam o seu esforço em praticar uma história das mentalidades seguindo o modelo do historiador francês Lucien Febvre. Mas esse método passou a ser apenas uma "ideia de um método", defrontando-se com inúmeros empecilhos que o afastavam dos ricos e imprescindíveis arquivos salvaguardados em Portugal.

O livro é importante, sobretudo, por ter conseguido fazer não só uma reconstituição de um evento tão importante como foi a Restauração Portuguesa de 1640, mas por trazer uma discussão riquíssima sobre o Barroco, o homem do barroco e a civilização teatral do barroco, na qual ele faz um texto exemplar de História das Mentalidades. E o fez na década de 1950, quando esse tipo de abordagem nem era cogitada entre os historiadores brasileiros. Dividindo a obra em três partes, o autor busca articular o perfil do homem do Barroco, como um alicerce para a compreensão do processo político da Restauração Portuguesa. Fernando Novais, que apresentou o livro, colocou a obra como uma das melhores vertentes da historiografia moderna:

> A montagem típica do "homem do Barroco" (o "*honnête-homme*" francês, o "*hidalg*o" espanhol, para confluir no perfil do "português da Restauração") surge como base para a compreensão do processo político (precisamente, a Restauração portuguesa) amplamente analisado na terceira parte, nas suas dimensões ideológicas (note-se a notável análise do sebastianismo como ideologia), sociais e até mesmo econômicas (1997, p. 10).

Assim, a partir das estruturas de mentalidades, chega-se a um evento concreto, a Restauração Portuguesa, a intercalar a análise do campo cultural com as estruturas políticas. Para Novais, a obra possui um 'fio condutor', no qual:

> O professor França faz, em 1951, uma tese de História das Mentalidades, e ao contrário de muitos trabalhos de história das mentalidades, não fica solto no espaço, porque o que liga, o que a tese faz no seu conjunto é partir dessas estruturas de mentalidades para chegar a um evento concreto, que é a Restauração Portuguesa. E esta articulação é feita em termos de duração, em termos de ritmos, em termos de *durée*, em termos braudelianos (NOVAIS, 1994, p. 10).

Apesar de ser considerado um texto seminal, marcado pelas 'influências' e inspirações recebidas do grupo dos *Annales,* sobretudo de Fernand Braudel e Lucien Febvre, ele sempre se recusou a publicar este trabalho, dado o seu perfeccionismo, julgava que nunca estava pronto, que tinha feito no Brasil sem ter ido a Portugal, e precisava consultar bibliotecas e arquivos. Com isso, adiava cada vez mais sua edição. Praticamente inacessível, o texto foi se reproduzindo como a famosa "tese secreta do professor França", e assim suscitando ideias e reflexões sobre a Restauração Portuguesa, e sobre Portugal e Brasil no século XVII (FRANÇA, 1997, p. 9).

O livro foi publicado, tal qual o texto de 1951, pela editora Hucitec, em 1997, fazendo parte da coleção *Estudos Históricos*, que tinha por objetivo resgatar a produção das primeiras gerações da Universidade de São Paulo, que por um ou outro motivo nunca se editaram, e eram consideradas parte de uma "constelação de obras

perdidas" (FRANÇA, 1997, p. 9).

Todos os aspectos destacados estão presentes no livro *Portugal na Época da Restauração*. A divisão da obra sintetiza a maneira de pensar a História de Eduardo França. Na primeira parte, intitulada de *Um Século Barroco,* procurou "focalizar a época em uma visão panorâmica de um século" (Idem, p. 13). A razão dessa escolha, afirma o autor, reside no fato de que a mentalidade do homem é fruto do clima histórico em que ele vive. Eduardo França destacou que "cortesia, burocracia, galantaria, guerra e cerco, cabeleiras e rendas, literatura gongórica, arte barroca são folhas do mesmo galho" (FRANÇA, 1997, p. 13), foram traços comuns que marcaram a época barroca; portanto, o homem barroco. Assim, procurou mostrar que a mentalidade predominante em um determinado momento histórico estava presente nos fatos mais insignificantes. Para o autor, essa era a razão pela qual Lucien Febvre reclamava o estudo da história das mentalidades: "porque as maneiras de pensar, sentir, e agir do homem, relativamente coerentes num mesmo período histórico, diversificam-se de um para outro tempo" (FRANÇA, 1997, p.17). Também destacou na obra a importância de se fazer um panorama histórico do século XVII europeu, para que desta forma pudessem ser diagnosticados os motivos que levaram este século a ser mal estudado e mal compreendido. Um primeiro aspecto que, segundo ele, explicaria esse desinteresse que conservou o século XVII esquecido por muito tempo, foi o impacto do racionalismo: "o século XVII, de uma religiosidade mística ou elegante não seria fecundo para aqueles excelentes ateus" (FRANÇA, 1997, p. 18). Outro

aspecto destacado pelo autor foi à historiografia do liberalismo: "o século XVII com o absolutismo triunfante, com sua mania de aristocracia, com sua elite ferreamente instalada, não era campo propício para o nacionalismo liberal" (FRANÇA, 1997, p.19).

O século XVII foi considerado um século europeu, o momento da conquista do mundo pela Europa, é o século da "europeização da Terra". Para ele, os principais responsáveis por esta difusão da cultura européia foram os povos peninsulares, razão pela qual esse século marcadamente europeu era também ibérico. Além de ter sido um século europeu e ibérico, o século XVII, também foi marcado pela busca da ordem e de método. Foi um século dominado pela preocupação de impor ordem: política, social, econômica, religiosa, de pensamento, na linguagem, nas relações internacionais.

A grande expressão do mundo espanhol no século XVII foi o Barroco, que evidenciou um momento de civilização, um estilo de vida. Eduardo França considerou o Barroco como a expressão da época da hegemonia ibérica na Europa, associada à reação católica procedente do Concilio de Trento. Correspondeu a um período marcado pela posição de busca, de renegação da conciliação do humanismo cristão, uma época de tensão do espírito, às vezes dramática e trágica. Em três traços, ele definiu a civilização do barroco como: teatral, inquieta e heróica. Apesar de ter sido um século barroco, no século XVII também houve a presença do classicismo. Para ele, o século XVII só pode abrigar ao mesmo tempo o barroco e o clássico, porque nele existiram dois mundos distintos mental e politicamente: o

barroco e o neoclássico. Por esses dois mundos foi que se apresentou a contradição Espanha-França, os Habsburgos e os Bourbons. Apresentam-se, assim, o século XVII imerso em um duelo de duas nações e dois espíritos, duas mentalidades disputando o privilégio de construir a Europa. Nessa disputa por privilégios, identificou que dois tipos de homens se defrontavam: o francês e o espanhol daqueles tempos: o *honnête-homme* e o hidalgo. Esses dois tipos de homens realizaram a história do século XVII, porque não estando em lugar nenhum, eles estavam em toda parte. O *honnête-homme* era o representante da mais pura nobreza, acessível que era a 'influência' da burguesia, adotando certos critérios de 'influência' burguesa em suas vidas. Já o *hidalgo* de Espanha, era considerado o maior exemplar do homem barroco, sua gravidade agressiva, suas inquietações demonstravam uma disponibilidade à aventura, seu idealismo impenitente alimentava um heroísmo improdutivo, mas de verdadeira tensão para a ação (FRANÇA, 1997, p.74).

De acordo com ele, havia sido contra o hidalgo espanhol, que o *honnête-homme* havia combatido, mas foi contra ele, na qualidade de cavaleiro do Império, que se posicionou contra o fidalgo português em 1640. Essa oposição entre o espírito francês e o espanhol desempenhou importante função na dinâmica revolucionária do século XVII, por implantar na Europa uma ordem que não fosse espanhola, e incentivou a desordem. Para ele, a Restauração Portuguesa de 1640, dado o seu caráter aristocrático-monárquico, sua mística sebastianista, aliada à atmosfera pessimista que a envolveu, pode ser considerada uma revolução tipicamente barroca, uma cisão

entre fidalgos, pois:

> O fidalgo português se associou ao *honnêtte homme* que temperava a era do neoclassicismo, porém esta aliança luso-francesa faltava afinidades de objetivos: para a França liquidar a hegemonia hispânica, para Portugal restaurar a independência e salvar seu mundo colonial. [...] A Revolução Portuguesa foi o teste final de que o *hidalgo* barroco se tornara anacrônica na paisagem social e militar da Europa, e todos os lados saiu vencido (FRANÇA, 1997, p. 88).

Na segunda parte do livro, intitulada *O Homem da Restauração*, o autor procurou enfatizar que para se compreender todo o processo da Restauração Portuguesa, era necessário se remeter ao Homem português do século XVII; mais especificamente, à mentalidade desse homem, ao passo que a mentalidade está presente no que ele faz, e compreender isso seria algo imprescindível para o entendimento do processo da revolução portuguesa de 1640. Seguindo esse raciocínio, que procura inquirir:

> Que homem fez a revolução? Qual a estrutura mental? Até que ponto essa mentalidade impregnou os acontecimentos? Não se há de escrever história, partindo do falso pressuposto que os homens são sempre os mesmos, e que apenas os fatos variam. A estrutura mental, a consciência de posição em face da vida, sua viva reatividade em face dos acontecimentos e sua compreensão do significado das coisas não são sempre os mesmos ((FRANÇA, 1997, p. 92).

O autor aponta ainda as dificuldades que há em "capturar" o homem do século XVII, porque existem classes sociais distintas e a essas classes sociais correspondem várias nuances de mentalidades: a do fidalgo, a do padre, a do burguês, a do homem do povo, a do letrado e a

do soldado. Considerando que toda época produz o seu "homem", o homem que predomina na vida social, pode-se concluir que o homem de 1640 era o "fidalgo português", que não trazia características do rico-homem da Idade Média, e nem do hidalgo espanhol. Com a perda da Independência, os portugueses perderam a vida cortesã. Nesse processo, a nobreza empobrecida e sem corte, presenciou o desaparecimento de todo o esplendor dos tempos passados, vivendo apenas da nostalgia que ficara das lembranças dos outros tempos do passado, quando Lisboa era a corte. Sem corte, a nobreza tomou a decisão de abandonar Lisboa e emigrar para o campo, refugiando-se em castelos.

Assim, observou que a corte dos duques de Bragança, transformou-se em corte de aldeia, corte sem rei, mas os duques de Bragança, no seu altivo isolamento, ostentavam atitudes de majestades no exílio. Para o autor, essa vida de corte aldeã não podia propiciar grandes oportunidades, significava apenas uma fuga. E nos mecanismos dessa fuga, os derivativos eram a caça, a música, a leitura, o contemplativismo, atividades socialmente inúteis como convinha a fugitivos das atividades políticas. No entanto, essa atitude de fuga dos fidalgos para o campo, aliada a sua pequena participação na política do reino, era o resultado de um estado de espírito de desgosto em face da realidade, desgosto contra Madri, contra a nova corte. Contudo, se aos velhos fidalgos cabia a vida monótona, inglória e medíocre de seus palácios provinciais, os jovens almejavam uma carreira.

Além disso, ressaltou que o fidalgo português do período da Restauração, possuía

uma concepção heróica da vida, que havia sido criada no século XVI. Inclinado a essa concepção acerca da vida, no momento em que as portas se fechavam, o homem barroco português preferiu cultivar as expectativas das promessas sebastianistas, apegado que era à ordem, à harmonia, à moralidade cristã. Assim, o homem português, em função das contradições do tempo, ainda se apresentava como um herói: um herói frustrado, um herói artificial, um herói melancólico. Para ele, foi devido a essas características que o profetismo que presidiu à Revolução de 1640, perdurou depois nos primeiros reinados.

Na terceira parte, *Ideais e Posições na revolução de 1640*, procurou demonstrar que todas as revoluções possuem certo corpo de crenças e ideias, nem sempre coerentes, mas dotadas de um dinamismo imperativo. Essas crenças e ideias são elaboradas a partir de inspirações dos homens que estão dispostos à mudança, se ligam ao clima do tempo e, se não são esquecidas, é porque esses homens precisam delas: "essas crenças e idéias de uma época se parecem com os homens que as sustentam, porque eles estão nelas e elas os modelam tanto quanto as condições políticas, sociais e econômicas que são afinal matrizes dessas idéias e crenças" (FRANÇA, 1997, p. 235). Apontou que a mentalidade do período era receptiva à busca do sobrenatural, o que explicaria o sucesso do profetismo, ao oferecer esperança em promessas e aumentar a confiança no futuro. Esse profetismo endêmico esteve presente nos revolucionários de 1640. Dessas manifestações, do "providencialismo profético" do século XVII, o sebastianismo representou a mais vigorosa

expressão.

O sucesso do sebastianismo estava intimamente relacionado à fertilidade do espírito barroco para as idealizações, para as evasões da realidade. O sebastianismo representava, assim, uma atitude sentimental e não política de anticastelhanismo, de nacionalismo, de desagravo. Já o bandarrismo foi à segunda mística, presente nos revolucionários de 1640, de origens mais remotas e que constantemente aparecia como expressão do sebastianismo. O messianismo bragantino, foi à mística que verdadeiramente moveu a revolução, era um anti-sebastianismo, não se esperava mais D. Sebastião, ele residia em carne e osso em Vila-Viçosa, apenas precisava que uma revolução triunfante o revelasse como rei restaurador.

Os portugueses da época da Restauração, embora tenham lutado pela libertação do Reino português do domínio espanhol, não planejaram uma ordem revolucionária, de entrechoques de ideias, de elaboração de pensamento construtivo. A revolta portuguesa apresentava um caráter nitidamente conservador quanto às concepções do poder e de sua organização. Para ele, o problema da ordem moral minimizou uma filosofia política de caráter revolucionário: "não se separam os portugueses do Império para constituírem um regime político melhor, mais livre, mais honesto. Separaram porque não era decente continuarem sujeitos a um governo ilegítimo, e por ser ilegítimo tirânico. Problema de ordem nacional" (Idem, p. 262). Procurando solucionar um problema de ordem nacional, os homens barrocos em assembléia procuravam demonstrar a pureza de sua rebelião, e se consideravam homens honrados,

uma vez que não eram contra o rei português que lutavam, mas sim contra o usurpador. Procuravam demonstrar a ilegitimidade de Filipe II, os direitos da Casa de Bragança e os abusos dos reis castelhanos.

Entretanto, qual foi à posição do povo, da massa em face da Restauração de 1640? Para ele, o povo nunca deixou de ser antiespanhol. Todavia, o que aconteceu depois de 1640 foi uma adesão maciça a uma solução por quase todos desejada. Mas, e antes da conjuração restauradora? E mesmo depois da Aclamação? Ele fez insurreições com coragem e desespero, mas apesar de se rebelar ficou ausente. O povo era contra o sofrimento, contra a mobilização permanente, e observou os acontecimentos da Restauração para aderir a eles posteriormente e, ainda assim, com reservas. Ele analisa que o destino da Restauração esteve nas mãos dos burgueses, que detinham os recursos financeiros. Essa burguesia de lastro cristão-novo não hostilizava a revolta dos fidalgos portugueses, mas também não nutriam nenhum entusiasmo por ela. Esses cristãos-novos eram beneficiados pelos reis castelhanos, os quais sustentavam. Coube aos portugueses atrair de volta para Portugal, esses burgueses e os seus capitais, haja vista que a Inquisição recusava qualquer concessão aos cristãos-novos.

O autor aponta ainda as dificuldades encontradas por Portugal, na busca por recursos financeiros, seja com a prata através de atividades clandestinas ou com o tráfico de escravos. Ressaltou ainda, que do império colonial saíam os recursos utilizados por Portugal para sustentar a guerra e preservar a independência. Porém, a burguesia portuguesa decepcionou-

se grandemente quando foi surpreendida pela concorrência marítima dos holandeses e ingleses. Nas palavras do autor:

> [...] a insegurança no Atlântico e a falta de braços nas minas e nos engenhos acabaram de comprometer os Habsburgos perante a burguesia portuguesa. Ela que, graças à sua mobilidade e operosidade, poderia ter cimentado a organicidade econômica do Império (FRANÇA, 1997, p.404).

Por fim, discorre sobre as consequências para a revolução, da fraca participação do povo e da burguesia. Segundo ele, essas duas camadas sociais contribuíram para que o "levante autonomista" da Restauração, não ganhasse vigor revolucionário, como a Revolução Inglesa de 1688. Complementa ainda que:

> Foi antes uma Fronda feliz, sem dissensões entre as classes que, afinal, messianistas todas, aspiravam por rei natural, como remédio para todos os males. [...] Faltou caldo de cultura burguês e popular à fermentação de uma ideologia verdadeiramente revolucionária, quando a ruminação de um passado glorioso alcalinizou a sublevação dos heróis fidalgos em disponibilidade. Não se tratava de abrir caminhos a uma burguesia anemizada e sem aspirações políticas, mas de refazer os quadros cortesãos, elidindo-se o processo de provincialização que intentava Olivares (FRANÇA, 1997, p. 405).

Encerra sua análise destacando que 1640 havia sido apenas uma restauração e não uma revolução, pois, foi muito mais à volta para a Corte, depois da atitude de fuga. Significando apenas um reajustamento da ordem social.

Pelo que foi acima exposto, podemos considerar que os escritos de Eduardo

D'Oliveira França são frutos do processo de institucionalização do saber histórico nas décadas iniciais do século passado, então em processo no país. Sua entrada na Universidade de São Paulo se deu num momento de transição de uma prática historiográfica tradicional, praticada, sobretudo por historiadores ligados aos Institutos Históricos, como Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr, a uma história renovada metodologicamente e sobre a 'influência' dos historiadores franceses ligados a revista *Annales* (FALCON, 1996; GOMES, 1996, 2009; ARAUJO, 2006; ROIZ, 2010; FERREIRA, 2011).

As *mentalidades* fazem lembrar as pesquisas realizadas por Lucien Febvre, a *longa duração*, nos remetem aos tempos braudelianos. Já a forma de análise do "homem barroco" remete-nos a pensar no Rabelais esboçado por Lucien Febvre (1959), onde este havia sido analisado dentro da mentalidade do século XVI; enquanto o homem do barroco, aquele do século XVII. As fontes utilizadas por Eduardo França também sofrem carregariam a inspiração trazida pela abertura da história, que foi realizada pela chamada escola dos *Annales*. Neste quesito, o livro *Portugal na época da restauração*, do mesmo modo que *A religião de Rabelais*, vincam-se em fontes literárias. Esse tipo de abordagem era inédita em solo brasileiro, tão acostumado a história dos grandes feitos, dos grandes heróis, a uma história estritamente política. Deve-se considerar que a institucionalização da disciplina de história, no Brasil, permitiu que historiadores brasileiros pudessem tratar de temas da história de outros países, bem como as do próprio país, sob novas perspectivas (CAPELATO, GLEZER,

FERLINI, 1994; FALCON, 1996; ROIZ, 2004, 2007, 2010; FERREIRA, 2011).

A importância do diálogo realizado por Eduardo D'Oliveira França com os historiadores franceses, para o desenvolvimento da disciplina de história, no Brasil, se traduz também em importantes trabalhos orientados, por ele, na Universidade de São Paulo. Lembremos apenas a título de exemplo, da tese de Ronaldo Vainfas (1988), *O trópico dos pecados*, e a de Fernando Antônio Novais (1985), *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, que cobririam lacunas e lançariam luzes sobre pontos ignorados de nossa história até a segunda metade do século XX.

***Fonts*:**

FRANÇA, E. D'O. Discurso na entrega do título de professor emérito. São Paulo, 1994. Centro de apoio à pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH) – FFLCH\USP. Inventários e acervos de: Eduardo D'Oliveira França, caixa: 1 envelope: 1.

FRANÇA, E. D'O. Entrevista ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1990. Centro de apoio à pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH) – FFLCH\USP. Inventários e acervos de: Eduardo D'Oliveira França, caixa: 1 envelope: 1.

NOVAIS, F. A. Discurso na cerimônia de outorga do título de professor emérito da FFLCH ao

professor Eduardo D'Oliveira França. São Paulo, 1994. Centro de apoio à pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH) – FFLCH\USP. Inventários e acervos de: Eduardo D'Oliveira França, caixa: 1 envelope: 1

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1939-1949*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2v.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1950*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1951*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1952*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

Referências:

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.

BURKE, P. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia.* Tradução de Nilo Odalia – 4ª reimpressão – São Paulo:

Edunesp, 1997.

CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R. & FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de história. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p. 349-358.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: Idem. *A escrita da História.* Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002, pp. 65-122.

CHAUÍ, M. USP 94: a terceira fundação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22), 1994.

D'ALÉSSIO, Márcia M. Os *Annales* no Brasil. Algumas reflexões. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, N. 2, 1994, p. 127-142.

FALCON, F. C. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, RJ, v. 9, n. 17, 1996, p. 7-30.

FEBVRE, L. *El Problema de la Incredulidad en el Siglo XVI*: La Religion de Rabelais. México: Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1959.

FERREIRA, A. C. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In:

GLEZER, R. (org.) *Do passado ao futuro:* edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 321-41.

FRANÇA, E. D'O. *Portugal na época da restauração.* São Paulo: Hucitec, 1997.

FRANÇA, E. D'O. Eduardo França: um professor de História (Entrevista). *Revista Estudos*

Avançados, São Paulo, 8(22), 1994.

FRANÇA, E. D'O. *O poder real em Portugal e as origens do Absolutismo* (Tese de doutoramento). Boletim LXVIII da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1946.

FRANÇA, E. D'O. *Conhecimento do presente em História*. Ecos Universitários, n. 14; São Paulo, 1950.

FRANÇA, E. D'O. *Paris, cidade do povo* – Ecos Universitários, n. 16: São Paulo, 1951.

FRANÇA, E. D'O. *A Teoria Geral da História* – Revista de História, n. 6; São Paulo, 1951.

FRANÇA, E. D'O. *Considerações sobre a função cultural da História* – Revista de História, n. 8, São Paulo, 1951.

FRANÇA, E. D'O. Em torno de Luis XIV – *Revista de História*, n. 8, São Paulo, 1951.

FRANÇA, E. D'O. O Testamento de um historiador: Marc Bloch – *Revista de História,* n. 8, São Paulo, 1951.

FRANÇA, E. D'O. Contribuição do departamento de História à historiografia brasileira. *Boletim informativo*. Série de publicações da USP, ano II, n. 7, 1971.

FRANÇA, E. D'O. Conversa em torno de nosso ofício. *Revista Anais de História*, São Paulo, 6: 11-47, 1974.

FREITAS, S. M. *Reminiscências: contribuição à memória da FFCL/USP, 1934-1954.* São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo.

FREITAS, S. M. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, A. C *A República, a História e o IHGB.* Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LÉONARD, E-G. *O Protestantismo Brasileir*o. São Paulo: Aste, 1963.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808).* São Paulo: Hucitec, 1985.

REIS, J. C. *Escola dos Annales. A inovação em História.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROIZ, D. S. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956.* Franca, 2004. Dissertação de Mestrado em História, FHDSS da UNESP.

ROIZ, D. S. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na FFCL/USP entre 1934 e 1956. *Revista Ágora*, Unisc, v. 13, n. 1, 2007, pp. 65-104.

ROIZ, D. S Dos 'discursos fundadores' à criação de uma 'memória coletiva': formas de como se escrever a(s) História(s) da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19, 2009, p. 137-185.

ROIZ, D. S .Entre o 'autodidatismo' e a profissionalização do trabalho intelectual de História: o caso Alfredo Ellis Júnior (1938-1956). *Projeto História,* PUC/SP, n. 41, 2010, p. 249-282.

ROIZ, D. S . & SANTOS, J. R. Historiadores Brasileiros e Franceses: uma hipótese para a recepção da escola dos Annales no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, n. 27/28, 2003, p. 105-134.

ROIZ, D. S . A invenção de uma tradição: 'A escola dos *Annales'*. *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, v. 7, n. 1, 2005, pp. 39-62.

VAINFAS, R. *O trópico dos pecados*. Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, USP, 1988.

Artigo recebido em: 18/05/2011
Aceito para publicação: 23/09/2011